Projeto de Lei do Senado n° 670, de 2007

Autoria: Senador Expedito Júnior (PL/RO)

Iniciativa:

Ementa:

Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.

Assunto: Jurídico - Direito Empresarial e Econômico

Data de Leitura: 26/11/2007

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: À Câmara dos Deputados

Último estado: 13/10/2011 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

06/11/2008 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

Relatoria:

CAE - (Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator(es):

Senador Pedro Simon (encerrado em 12/05/2008 - Redistribuição)

Senadora Serys Slhessarenko (encerrado em 13/05/2009 - Alteração na composição da comissão)

Senador César Borges (encerrado em 11/05/2010 - Deliberação da matéria)

CMA - (Comissão de Meio Ambiente)

Relator(es):

Senador César Borges (encerrado em 22/12/2010 - Fim de Legislatura)

Senadora Marinor Brito (encerrado em 10/06/2011 - Alteração na composição da comissão)

Senador Valdir Raupp (encerrado em 20/09/2011 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

11/10/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À COARQ.

01/08/2014 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

13/10/2011 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

TRAMITAÇÃO

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remessa Ofício SF nº 1.812 de 11/10/11, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 31 a 32).

07/10/2011 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 30).

07/10/2011 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Recebido neste órgão às 15h22.

06/10/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou, ontem, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário.
Tendo sido apreciado terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o projeto, aprovado, vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 40702

06/10/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso.

05/10/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntados quadro comparativo (fl. 26) e texto final revisado (fl. 27).

28/09/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 29/09/2011 a 05/10/2011.

27/09/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Lidos e encaminhados à publicação os seguintes Pareceres:
nº 985, de 2011-CAE, Relator: Senador César Borges, concluindo pela aprovação da matéria.; e
nº 986, de 2011-CMA, Relator: Senador Valdir Raupp, concluindo pela aprovação da matéria.
Leitura do Ofício nº 175/2011/CMA, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle comunicando a aprovação da matéria, em decisão terminativa.
Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário.

Publicado no DSF Páginas 39157

Publicado no DSF Páginas 39115-39122

23/09/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura dos Pareceres da CAE e da CMA.

Juntada, às fls. 21a 24, cópia da legislação citada nos Pareceres.

22/09/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 16h30.

20/09/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 36ª Reunião Ordinária da CMA, realizada nesta data, foi aprovado o projeto, por 10 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções (fls. 15-19).

Conforme Ofício nº 175/201-CMA (fl. 20) , nos termos do § 2° do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, a decisão é comunicada ao Presidente do Senado Federal.

À SSCLSF

15/08/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Projeto devolvido pelo Relator, Senador Valdir Raupp, com relatório pela sua constitucionalidade e juridicidade, no mérito, por sua aprovação.

20/06/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senhor Senador, Valdir Raupp, para relatar.

10/06/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na comissão.

Matéria aguardando redistribuição, em razão da Sen. MARINOR BRITO não pertencer mais aos quadros da comissão.

01/03/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: À Senhora Senadora MARINOR BRITO, para relatar.

10/01/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CMA nesta data. Matéria aguardando designação de Relator.

TRAMITAÇÃO

06/01/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.
A matéria volta à CMA.

22/12/2010 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Encaminhado à Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, nesta data.

20/12/2010 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: À SCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

27/05/2010 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senhor Senador César Borges, para relatar.

13/05/2010 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Comissão, nesta data.

11/05/2010 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em 11/5/2010, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.

À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, conforme despacho inicial.

07/05/2010 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: A presente Matéria consta da Pauta da 15ª Reunião da CAE, a realizar-se em 11/5/2010.

21/10/2009 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo Relator, Senador César Borges, com Relatório pela aprovação da Matéria.
Cópia anexada ao Processado.

26/05/2009 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador César Borges Relator da Matéria.

TRAMITAÇÃO

13/05/2009 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A matéria vai a redistribuiçao em virtude de a Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, não mais pertencer a esta Comissão.

11/02/2009 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pela Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, com relatório favorável ao Projeto. Cópia anexada ao processado.

17/11/2008 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

25/06/2008 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, designa a Senadora Serys Slhessarenko Relatora da Matéria.

14/05/2008 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Pedro Simon, para redistribuição.
Aguardando designação de relator.

08/05/2008 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, designa o Senador Pedro Simon Relator da Matéria.

05/12/2007 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Aguardando designação de Relator.

27/11/2007 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido nesta Comissão, nesta data.
Aguardando recebimento de emendas, nos termos regimentais, até o dia 04/12/07.

26/11/2007 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Projeto de Lei do Senado n° 670, de 2007

TRAMITAÇÃO

Ação: Leitura.
Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG, com destino à CAE; posteriormente, à CMA, em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 41852-41853

26/11/2007 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 670/2007

Data: 26/11/2007

Autor: Senador Expedito Júnior (PL/RO)

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG, com destino à CAE; posteriormente, à CMA, em decisão terminativa.

Descrição/Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.

Legislação citada

Data: 26/11/2007

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG, com destino à CAE; posteriormente, à CMA, em decisão terminativa.

Avulso inicial da matéria

Data: 26/11/2007

Autor: -

Local: null

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 11/02/2009

Autor: Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT)

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Devolvido pela Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, com relatório favorável ao Projeto. Cópia anexada ao processado.

Relatório Legislativo

Data: 21/10/2009

Autor: Senador César Borges (PL/BA)

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Devolvido pelo Relator, Senador César Borges, com Relatório pela aprovação da Matéria.
Cópia anexada ao Processado.

Parecer

Data: 11/05/2010

Autor: -

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Em 11/5/2010, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.

À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, conforme despacho inicial.

Relatório Legislativo

Data: 15/08/2011

Autor: Senador Valdir Raupp (MDB/RO)

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Projeto devolvido pelo Relator, Senador Valdir Raupp, com relatório pela sua constitucionalidade e juridicidade, no mérito, por sua aprovação.

Parecer

Data: 20/09/2011

Autor: -

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Na 36ª Reunião Ordinária da CMA, realizada nesta data, foi aprovado o projeto, por 10 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções (fls. 15-19).

Conforme Ofício nº 175/201-CMA (fl. 20) , nos termos do § 2° do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, a decisão é comunicada ao Presidente do Senado Federal.

À SSCLSF

P.S 985/2011

Data: 27/09/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Lidos e encaminhados à publicação os seguintes Pareceres:

DOCUMENTOS

nº 985, de 2011-CAE, Relator: Senador César Borges, concluindo pela aprovação da matéria.; e
nº 986, de 2011-CMA, Relator: Senador Valdir Raupp, concluindo pela aprovação da matéria.
Leitura do Ofício nº 175/2011/CMA, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle comunicando a aprovação da matéria, em decisão terminativa.
Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário.

Quadro Comparativo

Data: 05/10/2011

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação Legislativa: Juntados quadro comparativo (fl. 26) e texto final revisado (fl. 27).

Texto final revisado - Projeto

Data: 05/10/2011

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação Legislativa: Juntados quadro comparativo (fl. 26) e texto final revisado (fl. 27).

Autógrafo - PLS 670/2007

Data: 13/10/2011

Autor: -

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remessa Ofício SF nº 1.812 de 11/10/11, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 31 a 32).